

Ministro propõe um novo enfoque

Nova Iorque — Ainda que o Brasil pretenda seguir um caminho bastante ortodoxo para conseguir novos créditos para pagar juros vencidos de sua dívida, o ministro Bresser Pereira advertiu, em entrevista ao Wall Street Journal, que é necessário um novo enfoque e previu que a explosão de uma crise vai impor esse novo ponto de vista. Depois, em entrevista coletiva, admitiu ter pedido US\$ 7 bilhões em novos empréstimos, a Spread zero.

Em seus primeiros encontros com autoridades norte-americanas, de organismos financeiros e bancos credores desde que o Brasil decretou uma moratória unilateral, em fevereiro passado, o ministro brasileiro preparou o terreno para árduas negociações que começarão em setembro com seus credores bancários, a partir de uma posição de força.

Realmente, Bresser pediu aos presidentes dos bancos credores que se encontraram com ele na sexta-feira em Nova Iorque, 7,2 bilhões de dólares de novos créditos sem juros para os bancos (Spread zero), para pagar juros vencidos em 1987 e 1988, e para que negociassem com o Brasil sem exigir um acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Bresser Pereira argumentou em entrevista também ao New York Times que se "os bancos já têm um desconto de 40 por cento em seus empréstimos existentes, por que não nos dão um Spread zero.

As negociações sobre a dívida brasileira começariam depois que a moratória unilateral declarada pelo Brasil contribuiu para que os grandes bancos dos Estados Unidos e Grã-Bretanha tivessem que acrescentar 17 bilhões de dólares a suas provisões por mais empréstimos.

SEM APOIO

Bresser Pereira indicou também ao Times que o que o Brasil é, especificamente, contra nos acordos com o FMI, são as cláusulas de não-pagamento cruzado, pelas quais se um país não cumpre seu acordo com o FMI automaticamente é declarado inadimplente de seus empréstimos bancários.

Desde que a crise explodiu, em 1982, os bancos exigiram que o FMI aprovasse e supervisionasse a aplicação dos planos econômicos nos países devedores antes de dar novos créditos.

Como era de se esperar, as autoridades norte-americanas não apoiaram

as novas táticas brasileiras, e tanto o presidente do Banco Central, Paul Volcker, como os bancos credores, acrescentaram que seria difícil estimar as reais necessidades financeiras do País se este não negociar primeiro com o FMI e outros credores.

O Brasil, por sua vez, oferece reiniciar seus pagamentos de juros se os bancos financiarem o pagamento da metade dos juros devidos até o final de 1988, e não descarta um acordo posterior com o FMI.

Apesar de distância das posições, o Wall Street Journal indicou que se tentará acertá-las em discretas consultas em agosto próximo, entre o presidente do Banco Central do Brasil, Fernando Milliet e seu predecessor, Fernão Braçcher, com os bancos credores.

O Plano Macroeconômico que Bresser apresentou ao secretário do Tesouro, James Baker, a Volcker, ao diretor gerente do FMI, Michel Camdessus, e a seus bancos credores aponta um crescimento de 5 por cento este ano, 6 por cento no ano que vem e 7 por cento nos anos seguintes.

O ministro da Fazenda disse que ninguém foi contrário a este plano, mas que também ninguém o elogiou.